

# *A Identidade Indígena: Memória e Resistência na Escrita de Eliane Potiguara*

*The Indigenous Identity: Memory and Resistance in Eliane Potiguara's Writing*

Ana Paula Freitas dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo é uma análise da obra da escritora indígena Eliane Potiguara (2019), *Metade cara, metade máscara* à luz das teorias pós-coloniais e quanto ao conceito de identidade indígena. A abordagem privilegia a representação da mulher indígena na literatura de Potiguara, a voz coletiva dos povos indígenas brasileiros, o gênero, a raça e a luta pelo território dos habitantes originários do Brasil. As letras e vozes contracoloniais das mulheres indígenas são um manifesto antirracista permanente desde a memória oral das anciãs até as escritas que chegam às salas de aula, educando para o respeito à Mãe Terra e seus corpos-territórios dissidentes. Com a instrumentação teórica de *Peles negras, máscaras brancas* de Frantz Fanon (2008), analiso as identidades cindidas das “peles vermelhas, máscaras brancas” resultantes do racismo anti-indígena dos neocolonizadores; e as pedagogias decoloniais que vislumbram vários mundos e várias formas de conhecimento como o *Feminismo Comunitário* de Lorena Cabnal (2018) que reúne mulheres latino-americanas, habitantes de Abya Yala: mulheres indígenas, negras, mestiças, identidades violentadas desde o século XVI pelo patriarcado, branco, cristão e capitalista. A *Literatura Indígena* é uma área de conhecimento que conscientiza todos nós sobre a urgência em defender nossa natureza e todos os povos que lutam pela sua preservação, nos levando a refletir sobre feminismo e luta antirracista.

**Palavras-chave:** Eliane Potiguara; identidades indígenas; memória.

---

<sup>1</sup> Mestra em Estudos Literários Aplicados: Ensino pela UFRGS (2021). Professora de Literatura Brasileira na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Contato: ana.flordolacio@gamil.com

**Abstract:** This article is an analysis of the work of the indigenous writer Eliane Potiguara (2019), *Metade cara, metade máscara* in light of postcolonial theories and the concept of indigenous identity. The approach favors the representation of the indigenous woman in Potiguara literature, the collective voice of Brazilian indigenous people, gender, race and the struggle for territory of the original inhabitants of Brazil. The countercolonial lyrics and voices of indigenous women are a permanent anti-racist manifesto from the oral memory of the elderly to the writings that reach the classrooms, educating for the respect for Mother Earth and her dissident body-territories. With the theoretical instrumentation of the *Black skins, white masks* by Frantz Fanon (2008), I analyze the split identities of the “red skin, white masks” resulting from the anti-indigenous racism of the neocolonizers; and the decolonial pedagogies that envision several worlds and various forms of knowledge such as the thought of Lorena Cabnal (2018), Community Feminism which brings together Latin American women, inhabitants from *Abya Yala*: indigenous, black, mestizo women, identities violated since the 16th century by patriarchy, white, christian and capitalist. Indigenous Literature is an area of knowledge that makes all of us aware of the urgency of defending our nature and all of the peoples who fight for its preservation, leading us to reflect on feminism and the anti-racist struggle.

**Keywords:** Eliane Potiguara; indigenous identities; memory.

Boitató, Londrina, 2023  
Recebido em: 16/04/2023  
Aceito em: 30/10/2023



# A Identidade Indígena: Memória e Resistência na Escrita de Eliane Potiguara

Ana Paula Freitas dos Santos

## Introdução

O presente artigo é uma análise da obra da escritora indígena Eliane Potiguara (2019), *Metade cara, metade máscara* à luz das teorias pós-coloniais e da identidade indígena. A abordagem privilegia a representação da mulher indígena na literatura de Potiguara, a voz coletiva dos povos indígenas brasileiros, o gênero, a raça e a luta pelo território dos habitantes originários do Brasil.

Eliane Potiguara é considerada a primeira escritora indígena brasileira, com publicações desde os anos 1970, junto a sua luta política pelos povos e mulheres indígenas. Durante o ano de 2022, o livro didático sugerido por minha pesquisa e adotado na escola onde leciono, menciona a escritora na unidade Arte e Vida, capítulo 1. “História dos indígenas da Amazônia e resenha crítica, práticas de leitura”

Nas últimas décadas, tem conquistado cada vez mais espaço nas letras brasileiras a chamada literatura indígena: aquela que é produzida por escritores brasileiros de origem indígena. Além de possibilitarem o registro e a circulação de textos da tradição oral de vários povos indígenas de nosso país, essas obras procuram apresentar – tanto em prosa como em verso – o modo de seus atores perceberem e representarem a realidade por meio da literatura, abrindo caminhos para reflexões significativas sobre o fazer literário, dando visibilidade às culturas indígenas e levando os leitores não apenas a se aproximarem dessas culturas e sentirem o prazer possibilitado por essas leituras como também a refletir sobre si mesmos. [...]. De produções mais recentes, alguns escritores são: Daniel Munduruku, Graça Graúna, **Eliane Potiguara**, Olívio Jekupê, Ailton Krenak, Kaká Werá, Davi Kopenawa e Yagurê Yamã (Faraco, 2020, p. 282, grifo nosso).

A nação Potiguara da família linguística “Tupi” origina-se ao norte do Brasil, abrangendo os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Segundo Nimuendajú (1944), a situação atual do povo Potiguara está como existente na demarcação da



Área de proteção ambiental da Barra do Rio Mamanguape e regiões adjacentes. Eliane participou ativamente dessa retomada e continua lutando por outras etnias indígenas do Brasil.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2012, p. 13), “o que é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo.” Aliás, o que chamamos de América Latina, foi denominada de “Abya Yala” pelo povo Kuna do Panamá, em oposição ao nome do colonizador Américo Vespúcio. Abya Yala significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”

Se a população aborígine tinha, realmente, a densidade que hoje se lhe atribui, esvai-se a imagem tradicional (aparentemente consolidada no século XIX), de um continente pouco habitado a ser ocupado pelos europeus. Como foi dito com força por Jennings (1975), A América não foi descoberta, foi invadida (Cunha, 2012, p. 18).

*Metade cara, Metade máscara* (2019) é um livro de difícil classificação, com elementos de diversos textos e gêneros literários como a autobiografia, a poesia, o conto, a crônica e as diversas narrativas orais de Eliane, que além de escritora, é uma militante da causa indígena e ativista da Literatura Indígena Brasileira.

Na apresentação da obra, o líder indígena, ambientalista e escritor Ailton Krenak (2019, p.11-12) ressalta que Eliane também é professora (formada em Letras), educadora, “mestra de fazeres sem ofício fixo, segue caçando sonhos nas dobras do tempo memória. Clama no deserto dos direitos à vida, gênero e raça”, e continua:

Eliane Potiguara com sua instigante presença, no nascente movimento de ideias que veio configurar o Movimento Indígena, foi essa voz mulher extemporânea, marcando a diferente visão de gênero, que nós seus irmãos de luta, todos formados no mundo masculino, tínhamos dificuldade de entender. Com seus textos políticos, incitando a luta contra o colonialismo e racismo institucional, esta guerreira avant la lettre, chegou falando aos Kurumim, alfabetizando em línguas estranhas e pagãs, convocando para outras poéticas da Terra Mãe, uma longa jornada até publicar *Metade Cara, Metade Máscara*, seu livro totem que veio para firmar a escrita feminina contemporânea indígena (Krenak, 2019, p. 12).

Livro totem, porque o totem é um símbolo sagrado para os povos indígenas (potiguara é um termo tupi que significa “camarão do lugar”), e que conta sobre os seus ancestrais que



tiveram que partir do território original da costa da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão em direção ao sudeste, onde ela nasceu no Rio de Janeiro, na condição de indígena em contexto urbano.

Mesmo sendo criada na cidade e longe de sua aldeia, a autora faz um longo percurso de regresso à suas tradições através da vivência com a mãe e a avó. As figuras femininas foram fundamentais no processo de cura da visão e da audição dos espíritos antepassados e por isso, a personagem principal do livro, Cunhataí “demonstra o compromisso que ela tem com todas as mulheres indígenas do Brasil” (Potiguara, 2019, p. 76).

A descolonização em sala de aula, através da Literatura Indígena, acontece através de representações literárias que narram de diferentes formas, os modos indígenas de resistir e superar o colonialismo que oprime suas identidades há 522 anos. Desde a Assembleia Constituinte de 1988, quando Ailton Krenak pintou o rosto de jenipapo no Congresso Nacional, Eliane Potiguara estava presente na arena da luta e continua atuante até os dias atuais, sendo reconhecida como Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2021.

A representação da mulher indígena no cânone da Literatura Brasileira, ainda é aquela da protagonista do clássico *Iracema* de José de Alencar (1999), que idealizou uma mocinha romântica (a boa selvagem) que abandona a sua nação Tabajara para fugir com o colonizador português Martim e viver um amor interracial e impossível no século XIX, acabando por ser abandonada e morrendo no parto do seu filho. Assim, como a lenda da indígena norte-americana Pocahontas, sabemos que os encontros dos colonizadores com as mulheres indígenas foram feitos sobre a violência sexual do estupro e que muitas dessas mulheres foram “pegas no laço” e “no dente do cachorro” como animais selvagens.

Quando surge a personagem Cunhataí de *Metade cara, Metade máscara* (Potiguara, 2019) no horizonte da literatura de autoria indígena, vemos uma mulher completamente diferenciada em sua representação. Cunhataí “viaja no tempo e pelo espaço e, depois de seguir trilhas e sofrer todas as dores que uma mulher pode sofrer, ela senta-se e reclina a cabeça ao chão. Absorta nos passos de um formigueiro, ouve vozes intercaladas, e no meio



delas, escuta a voz ancestral” (Potiguara, 2019, p. 87), Cunhataí tem desejos e sonhos, tem voz e protagonismo na narrativa.

Eliane afirma a presença dos corpos femininos indígenas e a força do conhecimento ancestral dessas mulheres: “Nós, mulheres dos segmentos dos povos indígenas e afrodescendentes, ainda aguentamos tanta violência porque não reforçamos a nossa mulher interna, a mulher selvagem que existe dentro de nós, a mulher primitiva, no sentido “primeiro” (Potiguara, 2019, p. 88). O colonialismo submeteu essas mulheres ao silêncio, à servidão e à obediência.

Colocando-se como uma “xamã da cidade”, Potiguara compartilha com os leitores o conhecimento que obteve ao estudar a mulher “selvagem” da filosofia e da psicologia junguiana da escritora norte-americana Clarissa Pinkola Estés (1994), especializada em traumas pós-guerra

De 2001 a 2003, fazendo um estudo sobre a filosofia e a psicologia de Clarissa Pinkola Estés, em seu livro *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem* – leitura a mim indicada por uma grande amiga, Maria Inês, mulher negra – encontrei, parte das respostas para as perguntas que estava fazendo há muitos anos em minha vida: extremamente pobre e migrante dos territórios indígenas por ação violenta da neocolonização algodoeira nordestina, vitimada pelo racismo ambiental e pelo racismo contra as próprias mulheres que serviam de objeto sexual para os colonos (Potiguara, 2019, p. 94).

Um dos textos do livro *Metade cara, metade máscara* (Potiguara, 2019) é “Pele de foca” onde a narradora chama a atenção para a alma indígena que foi minimizada ante o ego do colonizador e que ocultou essa cosmovisão: “fazer uma viagem ao inconsciente coletivo em busca das nossas raízes étnicas, raciais, espirituais para fortalecer o nosso eu interior. As histórias de nossas e nossos ancestrais são referenciais riquíssimos para esse fortalecimento interno” (Potiguara, 2019, p. 96).

A escritora e ativista potiguara luta pelos homens e mulheres indígenas, mas sua ênfase é sobre a mulher, pois a mesma sofreu nas mãos dos colonizadores e nas mãos dos homens indígenas, que seguiram reproduzindo essas violências neocoloniais: “Povos indígenas exerciam relações de gênero no passado de forma justa, quando as mulheres



Guarani, por exemplo, eram ouvidas nas assembleias indígenas [...]. A palavra final, em uma assembleia indígena, no século XVII, era a da mulher” (Potiguara, 2019, p. 98-99)

É preciso escrever e descrever o sujeito indígena de forma que o aproxime mais da sua humanidade e da sua identificação com o que se lê nas linhas literárias. Eliane Potiguara é uma escritora que consegue sair do silêncio que é imposto às mulheres e narra sobre a história, memória, trajetória e resistência das mulheres indígenas nesses cinco séculos de opressão e genocídio. Uma escritora que coloca suas personagens no protagonismo de suas narrativas e que descreve como são essas mulheres, dando nome, sobrenome e rosto, no caso, “cara” a elas.

Dos desencontros coloniais, nasceram os seres “metade cara, metade máscara”, identidades interculturais que não se “encaixam” na identidade nacional tão objetivada na Literatura Brasileira pela primeira geração Modernista de 1922, a Geração Heroica. *Macunaíma, herói sem nenhum caráter* de Mário de Andrade (1928), é uma narrativa que se apropria de um mito indígena do povo Makuxi numa rapsódia de outras narrativas e colagens culturais como pretendia o Manifesto Antropófago. Porém, nesse caldo de cultura, o que se desvirtuou perversamente foi o caráter do indígena, retratado como preguiçoso e indolente, contudo, no livro de Andrade (1928) também deriva uma reflexão sobre o trabalho em um contexto de resistir à sociedade do trabalho. Macunaíma é uma figura que não se submete, assim como o indígena retratado na obra de Eliane Potiguara.

Em *Metade cara, Metade, máscara*, Potiguara nos canta poeticamente essa cisão identitária:

BRASIL  
Que faço com a minha cara de índia?  
E meus cabelos  
E minhas rugas  
E minha história  
E meus segredos?  
Que faço com a minha cara de índia?  
E meus espíritos  
E minha força  
E meu Tupã  
E meus círculos?  
Que falo com a minha cara de índia?



E meu Toré  
E meu sagrado  
E meus “cabocos”?  
E minha Terra?  
Que faço com a minha cara de índia?  
E meu sangue  
E minha consciência  
E minha luta  
E nossos filhos?  
Brasil, o que faço com a minha cara de índia?  
Não sou violência  
Ou estupro  
Eu sou história  
Eu sou cunhã  
Barriga brasileira  
Ventre sagrado  
Povo brasileiro.  
Ventre que gerou  
O povo brasileiro  
Hoje está só...  
A barriga da mãe fecunda  
E os cânticos que outrora cantavam  
Hoje são gritos de guerra  
Contra o massacre imundo (Potiguara, 2019, p. 32).

Há uma relação do título do poema com uma canção dos anos 80, no contexto da abertura democrática, “Brasil” do cantor Cazuzza, que tinha como verso marcante: “Brasil, mostra tua cara!”. Eliane responde a esse grito de revolta com a expressão “cara de índia”, fala de cunho racista que a poeta ressignifica acrescentando o pronome “minha”, assumindo sua etnicidade, que atualmente é reivindicada pelos sujeitos como pessoa “indígena”, em oposição ao nome “índio” dado pelo colonizador na invasão de 1500.

### **Identidade, Memória e Resistência**

Considerando os modos como se manifesta a escrita de Eliane Potiguara, a partir de seu eu lírico, da narradora e das protagonistas da obra *Metade cara, metade, máscara* (Potiguara, 2019), encontramos uma identidade indígena construída a partir das memórias e da resistência desse povo, através da luta contra o genocídio indígena e o racismo ambiental.



Esse livro é exemplo de uma narrativa descolonizada, escrita no período pós-colonial, confirmando a existência de uma tradição da literatura indígena, no caso, de autoria feminina.

A Literatura Indígena é produzida a partir da cosmovisão indígena sobre o que seja cultura e literatura para o cânone literário ocidental, logo, não compreende somente a escrita literária, mas também a oralidade, a corporeidade, a música, o artesanato, os grafismos identitários. É uma literatura comprometida com a ancestralidade, a espiritualidade, a preservação da natureza e a luta por território.

A escritora Eliane Potiguara diante do genocídio indígena e da destruição do planeta, nos ensina que a força da mulher indígena “É como renascer no meio do lixo. É como a flor de lótus, que nasce na lama e atinge a superfície cristalina” (Potiguara, 2019, p. 98). Segundo a autora, entre os povos indígenas e não indígenas nós “precisamos reconstruir o gênero” (Potiguara, 2019, p. 99). Assim, a escrita de mulheres num cenário predominantemente masculino, é revolucionária.

Para os indígenas, a escrita não está separada da luta. Inclusive, eles não fazem distinção entre a natureza e a cultura, é tudo uma expressão única. Assim como, não distinguem a identidade e a cultura. Segundo Manoela Carneiro da Cunha (2012, p. 120), “pode-se entender identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo: em suma, uma memória”. Em seu livro *Índios do Brasil: história, direitos e cidadania*, ela afirma: “A cultura não seria, nessa visão, um conjunto de traços dados e sim a possibilidade de gerá-los em sistemas perpetuamente cambiantes” (Cunha, 2012, p. 120).

“O último censo do IBGE registrou um aumento da população indígena, considerando os indígenas desaldeados e indiodescendentes” (Potiguara, 2019, p. 103). A pauta da luta está intrinsicamente ligada a essa produção literária devido ao aumento da destruição da floresta amazônica e dos assassinatos de líderes e aliados indígenas

O indígena brasileiro não pode ser mais idolatrado na sua cultura e arte, nas suas fotografias, nas suas artes cinematográficas, nas suas expressões literárias e orais e ser literalmente ignorado a sua condição física, humana, social e política (Potiguara, 2019. p. 105).



## **Peles Indígenas, Máscaras Brancas**

No pós-colonialismo, podemos analisar *Metade cara, metade máscara* (Potiguara, 2019) pela teoria de Frantz Fanon, autor também citado por Eliane Potiguara no livro e referência dos estudos pós-coloniais e das identidades colonizadas. Sua obra *Peles negras, máscaras brancas* (Fanon, 2008), trata do adoecimento do sujeito negro ao vestir uma identidade branca.

No caso presente, analisamos o adoecimento do sujeito indígena ao vestir uma máscara branca, pela metade, metade “cara indígena”, metade “máscara branca”. O martinicano Fanon, revolucionário e intelectual orgânico, escreveu diversas obras: *Os condenados da terra* (Fanon, 2005) citado como referência em *Metade cara, Metade máscara* (Potiguara, 2019), *Em defesa da revolução africana* (Fanon, 1980) e *Peles negras, máscaras brancas* (Fanon, 2008).

Fanon era psiquiatra e estudava os efeitos do racismo na psique do sujeito negro e as consequências psicológicas das práticas racistas na vida das pessoas brancas. Em *Peles negras, máscaras brancas* (2008) ele viu de perto a maneira como os médicos brancos tratavam os pacientes negros, e observou que muitos desses pacientes chegavam ao consultório com sintomas desconhecidos que não indicavam doenças do corpo, mas sim, doenças da alma, o que Fanon constatou como sendo o racismo o agente do mal estar dos sujeitos negros. (Santos, 2021, p. 27)

Eliane Potiguara (2019) em *Metade cara, metade máscara* também aborda os efeitos do racismo na psique do sujeito indígena, que acaba por vestir, como o sujeito negro, uma máscara branca ao negar a sua identidade. O racismo é o agente do mal-estar indígena que leva muitos desses povos ao suicídio

Varicela, escarlatina, varíola, sarampo, gripe e tuberculose, em 1763, fizeram 7.414 vítimas! [...]. Era o início da solidão das mulheres, motivada pela violência, pelo racismo e por todas as formas de intolerância referentes inclusive à espiritualidade e à cultura indígenas. Durante o processo de escravidão indígena, muitos pais e famílias realizavam o suicídio em massa contra essa forma de opressão. Despencavam dos penhascos. Isso era um ato de resistência. Então, percebemos que muitas famílias sofreram a separação, e é a esse enfoque que nos reportamos. Entre as causas da separação das famílias estão a violência aos territórios imemoriais dos povos indígenas e a migração compulsória. Isso provocou insegurança familiar, distúrbios, medo



e pânico, causando loucura, violências interpessoais, suicídios, alcoolismo, timidez e baixa autoestima diante do mundo. Tudo isso motivado pelo racismo contra os povos indígenas e em prol da colonização europeia (Potiguara, 2019, p. 23).

Racismo não é apenas um preconceito mental, é uma prática de exclusão que estrutura a sociedade e escolhe quem pode e quem não pode ter direito à cidadania. As máscaras brancas de que fala Fanon (2008) são as falsas personalidades que os sujeitos indígenas constroem para serem aceitos numa sociedade racista e excludente, acabando assim por perderem suas próprias identidades e aniquilando o que há de mais humano em cada ser: a autenticidade e a simplicidade de existir.

Frantz Fanon (1980), em seu artigo “Racismo e Cultura”, aponta outro aspecto da estrutura colonialista, a que cria as culturas superiores em face da subalternização das culturas que classifica de inferiores

Podemos dizer que existem certas constelações de instituições, vividas por homens determinados, no quadro de áreas geográficas precisas que num dado momento sofreram o assalto direto e brutal de esquemas culturais diferentes. O desenvolvimento técnico, geralmente elevado, do grupo social assim aparecido autoriza-o a instalar uma dominação organizada. O empreendimento da desculturação apresenta-se como o negativo de um trabalho mais gigantesco de escravização econômica e mesmo biológica. A doutrina da hierarquia cultural não é, pois, mais do que uma modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável. [...]. Estudar as relações entre racismo e a cultura é levantar a questão da sua ação recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascidos do encontro do homem com a natureza e com seu semelhante, devemos dizer que o racismo é sem sombra de dúvida um elemento cultural (Fanon, 1980, p. 35-36).

As sociedades ágrafas, como as indígenas, são consideradas primitivas por não usarem os códigos da escrita para se comunicar. O que os colonizadores escreviam em seus diários de bordo para as metrópoles, é que os povos encontrados nas colônias não tinham cultura, no caso, a cultura do homem europeu, vide a “Carta de Pero Vaz de Caminha”. Também afirmavam que não tinham tecnologia, invalidando toda a e qualquer tecnologia encontrada nas Américas.



Os autóctones têm uma relação com a natureza de retirar dela apenas o necessário para a sobrevivência, sempre repondo, replantando, reflorestando. A natureza, para os povos originários, faz parte da vida, é a extensão da vida, e é reverenciada em todas as suas manifestações. Já, para o homem capitalista, ela está apartada, separada, pode ser explorada e só tem importância comercial. Fanon também trata da oposição natureza-cultura

Tendo o autóctone assistido à liquidação dos seus sistemas de referência, ao desabar dos seus esquemas culturais, já não lhe resta senão reconhecer o ocupante que “Deus não está ao seu lado”. O opressor, pelo caráter global e terrível da sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir. Este acontecimento, comumente designado por alienação, é naturalmente muito importante. Encontramo-lo nos textos oficiais sob o nome de assimilação. Ora esta alienação nunca é totalmente conseguida talvez porque o opressor limite quantitativa e qualitativamente a evolução, surgem fenómenos imprevistos, heteróclitos (Fanon, 1980, p. 42-43).

Assimilação e alienação são mentiras registradas em textos oficiais do colonizador, como atesta Fanon. Através da violência nada é assimilado, e sim, imposto. O que o colonizador não espera é que na busca pela sobrevivência o colonizado pense estratégias que não o levem à total aculturação do seu povo

O fim lógico desta vontade de luta é a libertação total do território nacional. Para realizar esta libertação, o inferiorizado põe em jogo todos os seus recursos, todas as suas aquisições, as antigas e as novas, as suas e as do ocupante (Fanon, 1980, p. 47).

É preciso que nos debrucemos na história pré-colonial para saber como as sociedades indígenas brasileiras viviam em liberdade, autonomia, independência, alegria, comunhão. É esse resgate que Eliane Potiguara (2019) faz em *Metade Cara, Metade Máscara*, como diz Ailton Krenak na apresentação do livro, ela é uma “contadora de histórias antigas”

Porém, com a cultura indígena recebida no gueto familiar, o amor e a dedicação que tinha aos livros, Potiguara (com i e não com y) foi crescendo. Sua avó, analfabeta, sempre solicitava que a menina, já com 7 anos, escrevesse cartas a uma determinada pessoa na Paraíba e sempre chorava ao receber as respostas. [...]. Foi assim que Potiguara começou a escrever,



absorta nas histórias da própria avó e no sentimento que tudo isso envolvia. As histórias reais da sua avó a levavam para um mundo mágico e literário. Quando a “encarcerada domiciliar” se tornou professora primária, “o orgulho da família pobre, indígena e desaldeada”, a sua consciência crítica estava borbulhando a ponto de explodir. Ao tomar contato com a filosofia de educação do professor Paulo Freire, um dos maiores educadores populares do Brasil, perseguido pela ditadura militar e exilado no Chile e na África, a menina – agora mulher – ganhou o mundo. Incentivada por sua avó, já falecida pelos maus tratos da migração, e pelo cantor e comunista Taiguara, com o qual se unira em 1978, Potiguara fez o retorno ao inconsciente coletivo visitando nações indígenas e perseguindo, sem medir esforços, a verdadeira história de sua tão sacrificada, marginalizada e discriminada família migrante do nordeste brasileiro, uma das áreas mais pobres do país (Potiguara, 2019, p. 26-27).

### **Feminismo Comunitário, Uma Prática Indígena Ancestral**

Quando pensamos na luta da mulher indígena, associamos essa prática ao conceito do Feminismo. Porém, o pensamento feminista vem de uma corrente europeia, que desde a sua concepção, enxerga a pessoa feminina como sendo a mulher branca, classe média alta, escolarizada, e que empenhou sua bandeira na luta por direitos iguais ao homem, principalmente pelo acesso ao trabalho assalariado e a liberdade de escolhas individuais.

Encontro no Feminismo Descolonial, ferramentas teóricas que pensam na luta das mulheres não-brancas, negras, indígenas e asiáticas, como uma luta indissociável da resistência contra o colonialismo e suas formas de opressão de raça, gênero e classe. Um desses nomes é o Feminismo Comunitário de Lorena Cabnal, ativista indígena guatemalteca que busca, desde a perspectiva decolonial das Epistemologias do Sul, promover alternativas possíveis a uma vida digna na terra, à superação de desigualdades sociais e regimes de opressão, defendendo radicalmente o *corpo-terra* como forma de ocupar e cuidar do território.

Esse *corpo-terra* aparece na obra de Eliane Potiguara (2019) em diversas passagens de *Metade cara, Metade máscara*, também chamado de território

Quando dizemos “território”, não estamos simplificando o termo para algo simples e final; estamos expandindo o termo para algo mais digno no que se refere aos direitos dos povos indígenas. Um território não é apenas um pedaço ou uma vastidão de terras. Um território traz marcas de séculos, de culturas, de tradições. É um espaço verdadeiramente ético, não é apenas um



espaço físico como muitos políticos querem impor. Território é quase sinônimo de ética e dignidade. Território é vida, é biodiversidade, é um conjunto de elementos que compõem e legitimam a existência indígena. Território é cosmologia que passa inclusive pela ancestralidade (Potiguara, 2019, p. 119).

O *corpo-terra* é digno do território que ocupa, tem marcas culturais, tem a sua ética em relação ao território, que é cuidar da terra como se cuida de um corpo. Esse *corpo-terra* é a biodiversidade que constitui um corpo indígena. Como dizem os indígenas Kaingang, é onde foi “enterrado o umbigo”.

Em seu artigo *Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política*, Lorena Cabnal (2018) responde à pergunta: “É possível pensar outra economia se não enfrentarmos o racismo, o machismo e a questão ambiental?” E a resposta da autora inicia marcando o seu lugar de enunciação: “Para falar de outras economias, é preciso compreender o nosso lugar de denúncia: meu território-corpo e meu território-terra” (Cabnal, 2018, p. 24)

As feministas comunitárias na Guatemala - reconhecendo aqui que há diferentes feminismos comunitários em diferentes lugares – acreditam que essa relação harmônica de vida (relação com a natureza), que foi gerada no mundo pelos nossos ancestrais, se rompeu há alguns milhares de anos, próximo ao ano 2050, considerando o calendário maia. Da mesma maneira, a relação dos corpos também foi rompida. Havia outras relações entre os corpos, porque os povos indígenas acreditam no princípio da pluralidade da vida. Assim, neste mundo, que foi gerado há milhares de anos, não havia corpos de homens e de mulheres, mas a existência de um corpo plural. Esta ruptura acontece porque entre os povos indígenas também há uma forma patriarcal ancestral originária que nasce antes mesmo da colonização espanhola. Esse machismo indígena se expressa de diferentes maneiras e existe até os dias de hoje. As disputas territoriais são um grande exemplo dessa opressão ancestral e originária. O papel das mulheres indígenas na disputa territorial é também uma forma de patriarcado indígena (Cabnal, 2018, p. 24).

Eliane Potiguara e Lorena Cabnal afirmam que os homens indígenas reproduzem os valores do patriarcado de posse e opressão sobre o *corpo-terra* e a pluralidade da vida, que é ao mesmo tempo *território-terra* e *território-corpo* das mulheres indígenas. Potiguara menciona a “cosmologia” e Cabnal fala em “cosmogonia” para poder alcançar a chave de um



outro entendimento sobre a luta do Feminismo Comunitário. Nada está separado, tudo é um *corpo-terra*. Vejamos esse *corpo-terra* nesse poema de Eliane Potiguara:

TERRA-CUNHÃ  
Mulher indígena!  
Que muito sabes deste mundo  
Com a dor ela aprendeu pelos séculos  
A ser sábia, paciente, profunda.  
Imóvel, tu escutas  
Os que te fingem aos ouvidos  
Fé guerreira, contestas:  
“Não aguento mais a mentira!”  
Mas longe deles, choras a estupidez,  
O MEDO...  
(sim, longe deles!)  
Sofres incompreensão e maldade  
Aos poucos morres à míngua...  
Desrespeito, roubo, assassinato.  
No dia em que rastejaste  
Imploraste tua terra – e JÁ TINHAS!  
A teu lado companheiras: miséria e morte  
A violência e a angústia dos trópicos...  
Nas caras ela viu o abuso  
A inveja de ser o que és: cândida,  
lúcida, mãe, companheira...  
E tu zombastes desses pobres (de) espíritos.  
Sabes do rio de lágrimas  
Que te aperta o peito aflito  
Na bolsa d’água o filho esperas  
Futuro, luz, nova era.  
Mas luta, raiz forte da terra!  
Mesmo que te matem por ora  
Porque estás presa ainda  
Nas garras do PODER e da história (Potiguara, 2019, p. 82).

O eu-lírico usa da metáfora da mulher para poder falar da terra. Mulher e terra são uma coisa só, um só *corpo-terra*. E como a mulher, a terra “sabe deste mundo” porque contém em seu território a memória ancestral. A terra “aprende a ser sábia, paciente e profunda”, é “imóvel” e “escuta”. A terra “chora”, “sofre”, “morre à míngua” a “angústia dos trópicos”. A mulher é a “raiz forte da terra”, na história da composição de Abya Yala.

Cabnal fala sobre a colonização feita sobre a terra e os corpos. E da vinda de uma forma patriarcal diferente para a Guatemala, o machismo colonial patriarcal ocidental. E ele



não veio sozinho, junto com a escravização africana, veio também uma forma patriarcal ancestral africana

Quando se juntam essas diferentes formas patriarcais nesta terra, com essas histórias, se forma uma convergência patriarcal: o encontro dos patriarcados indígena, ocidental e africano. E, por isso, é bem difícil ser mulher deste lado do mundo, em Abya Yala. O machismo do homem indígena não é o mesmo machismo do homem branco urbano. O machismo indígena tem fundamentalismo e costumes. E esses também são diferentes do machismo do homem negro. As mulheres que nasceram e vivem nesta parte do mundo sofrem a convergência dessas diferentes formas de opressões.

Essa convergência patriarcal que chega junto com o colonialismo se instala sobre toda a territorialidade de Abya Yala e sobre todos os corpos. Isso nos trouxe outro sistema de opressão. Pela primeira vez, vamos experimentar algo que antes não se vivia aqui: o racismo. A colonização e o racismo se juntam sobre a violência sexual massiva dos corpos de mulheres indígenas e das mulheres negras (Cabnal, 2018, p. 25).

A economia da colônia teve como base a expropriação da terra e dos corpos de homens e mulheres indígenas tanto como dos corpos de homens e mulheres negras. A economia em Abya Yala compreende que “violência sexual, genocídio, saques e invasões são as bases fundantes desse modelo.”, afirma ainda Cabnal (2019, p. 26)

Com toda essa complexidade histórica e estrutural de opressões, não é por acaso que deste lado do mundo existam os maiores índices de feminicídio, com os primeiros lugares mundiais do ranking disputados estatisticamente por Guatemala, Honduras e México.

Contudo, é importante destacar que, por todo esse histórico de violência, deste lado do mundo nascem também, de maneira muito forte, as formas de resistências das mulheres que se indignam e lutam para reivindicar seus direitos. A violência territorial é uma das formas de violência cometidas contra as mulheres e contra os povos. A luta em defesa do território, dos corpos e contra todo esse sistema de opressão que se junta aqui foi atraindo a criminalização e diversas questões judiciais sobre os insurgentes.

Podemos afirmar então que a luta das mulheres indígenas é a luta de todas as mulheres na América Latina. É a mesma luta das mulheres negras e também a luta das mulheres brancas. Por isso, chamamos esse movimento de Feminismo Comunitário. Que nasce da luta desse *corpo-terra* em defesa de seu *território-terra* e de seus *territórios-corpos* habitantes dessa comunidade.



TERRA-MULHER

Tu que sabes muito desse mundo  
Tu que nesta vida profunda  
Com todos os séculos aprendeu a malícia  
Como quer que te chame?  
Tu que me enganas (suponho) ouvindo parada  
Te vejo os que te fingem aos ouvidos  
E tua mente chama ainda;  
“Não é isso, não!”  
E tu choras  
E tu sofres pela incompreensão  
E tu morres  
Pelo roubo e assassinato.  
Por que ficas parada?  
No dia em que rastejastes  
E no que apanhaste na cara  
Vi a teu lado a miséria e a morte  
Companheiras fiéis.  
Tu que te banhaste em teu próprio sangue  
Não tem coragem de exclamar  
Ou tem medo de ser errante?  
Tu que sentiste  
O racismo na carne  
O desprezo dos olhares  
A inveja de serem  
Pelo menos um minuto  
O que hoje és: HONESTA!  
Tu calas, mas vejo teu sorriso  
Da compreensão deste mundo  
Na ruga do pé do olho  
No canto da boca rota.  
E penso mesmo, talvez...  
Que seja, por enquanto, calar e olhar ao redor.  
Porque tua mente viaja  
E enxerga...  
E és nobre por calar-te nesta hora  
És humilde e guerreira.  
Mas sei que tens uma cachoeira de lágrimas  
Dentro do peito  
E uma enorme garra na VOZ  
Para gritar esse massacre SEM PAZ  
Mas luta, mesmo que não possas falar  
Por ora, minha TERRA  
Porque ainda estás presa  
Nas garras da tua própria história (Potiguara, 2019, p. 80-81).



## A Saga Épico-Lírica de Cunhataí e Jurupiranga

Entremeada aos sete capítulos que compõem o livro *Metade cara, Metade máscara* (Potiguara, 2019), temos narrado a saga épico-lírica dos personagens Cunhataí e Jurupiranga, que representam respectivamente a mulher e o homem indígena. É uma saga porque narra uma trajetória de separação do casal por conta da colonização, separação que dissolve a família indígena por conta das violências do racismo e da intolerância.

Mas, também é lírica porque a autora vai se valer da poesia para cantar essa trajetória e que vem intercalada com relatos históricos que atestam essa vivência. O discurso metaliterário é a tessitura do texto de Eliane Potiguara, formado por: narrativa autobiográfica, discurso militante feminista indígena, testemunho, textos institucionais, ensaios, orações, histórias, segredos e cânticos.

### QUANDO CHEGARAM OS ESTRANGEIROS

Jurupiranga e Cunhataí são dois personagens do texto *Ato de amor entre povos*, de minha autoria, reproduzido nas próximas páginas, que sobreviveram à colonização e, poeticamente, vão nos contar as suas dores, lutas e conquistas. Esses personagens são atemporais e sem locais específicos de origem. Eles simbolizam a família indígena e o amor, independentemente de tempo, local, espaço onírico ou espaço físico; eles podem mudar de nome, ir e voltar no tempo e no espaço. Na sequência, há outros poemas também de minha autoria, que falam do mesmo assunto (Potiguara, 2019, p. 31)

Aqui podemos falar da família indígena universal, que compreende os povos originários de todo o planeta, que lutam pelos seus territórios, culturas e identidades. A cosmovisão indígena abarca os vivos e os antepassados, que vivem em outro tempo-espaço e se fazem presente através dos xamãs, pajés e encantados. O amor, aqui, não é o amor romântico entre um homem e uma mulher, mas sim, um amor que reúne esses grupos dispersos nos territórios onde a natureza está em comunhão e harmonia com os *corpos-terra*.

Retomando à personagem de nosso enredo, a Cunhataí, após o sofrimento da perda de suas terras, de sua família e de sua consciência de mulher indígena, revolta-se e desafoga suas dores refletidas nos textos a seguir, porque além do desterro, não consegue saber o paradeiro de seu homem.

IDENTIDADE PERDIDA



Amanhã é o último dia que venho aqui  
Vou prestar as contas  
Vou tirar essas roupas sujas  
E vou lavar minha alma  
Acho que vou ser feliz  
Ou então viver na inércia da própria existência (Potiguara, 2019, p. 61).

A personagem Cunhataí também é Eliane Potiguara na narrativa alterbiográfica, quando nos conta sobre sua revolta na infância perante a tentativa da mãe de não escutar mais os espíritos bebendo junto com a menina uma “erva má”. Porém, com o tempo as duas recuperaram a visão e audição dos espíritos e ao retornar à aldeia dos Potiguara, Elaine/Cunhataí foi reconhecida pelo cacique, a pajé e os líderes que já a esperavam desde sempre.

A identidade da escritora Eliane Potiguara é de uma indígena em contexto urbano e que também fala sobre a ascendência indígena de milhares de brasileiros e de indígenas que estão na luta pela retomada de seus territórios. A obra de Potiguara é uma porta de entrada para a Literatura Indígena Brasileira e deve estar nos currículos da Educação Básica e do Ensino Superior, é que nos diz a Lei 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade do ensino da História, Cultura e Literatura Indígena e é um direito de todos nós (Brasil, 2008).



## Referências

ALENCAR, J. **Iracema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ANDRADE, M. **Macunaíma**: herói sem nenhum caráter. São Paulo: Oficinas Gráficas de Eugênio Cupolo, 1928.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 16 abr. 2023.

CABNAL, L. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. *In*: LIMA, A. A.; JUSTO, M.; PRAÇA, M. (org.). **Outras economias**: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2018. p. 23-28.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDFBA, 2008.

FARACO, C. E. **Práticas de língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

KRENAK, A. Apresentação *In*: POTIGUARA, E. **Metade cara, metade máscara**. 3. Ed. [Rio de Janeiro]: Grumin, 2019. p.11-12.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Belém: [s. l.], 1994. 1 mapa, escala 1:2.500.000. Disponível em: <http://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

POTIGUARA, E. **Metade cara, metade máscara**. 3. Ed. [Rio de Janeiro]: Grumin, 2019.

POTIGUARA. Potiguara. **Povos Indígenas no Brasil**, São Paulo, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara>. Acesso em: 16 abr. 2023.





Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL –ISSN 1980-4504  
DOI: XXXXXXXX

SANTOS, A. P. F. **Os contos de Conceição Evaristo e a representação da mulher negra:** diáspora, gênero e descolonização. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225930>. Acesso em: 16 abr. 2023.



BOITATÁ, Londrina  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>